

Destinação cumprida

"Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino". Com estas palavras o ex-Presidente Juscelino Kubitschek colocou, juntamente com a proposta de Brasília, na sua função, política e econômica, o grande desafio que somente o tempo poderia confirmar.

Passados vinte anos da mudança da Capital Federal para o interior do Brasil, a grande investigação a ser feita, a análise correta a ser efetivada, deve investigar se Brasília cumpriu efetivamente a missão preconizada pelo seu construtor e se os esforços empreendidos pela nação tiveram os ganhos correspondentes em termos de desenvolvimento sócio-econômico.

Um exame mesmo que superficial das condições vigentes no interior do país, antes de 1960, notadamente num círculo de quinhentos quilômetros de diâmetro, tendo Brasília no seu centro, vence a preliminar e consagra a nova capital como sendo a mais importante opção política que o país adotou, ao longo de toda a sua história.

Não se trata de uma retumbância bairrista, ou uma ufânia inconseqüente, ditada ao sabor de arroubos. Em primeiro lugar a intenção manifesta de interiorizar a capital era uma constante nas preocupações dos homens públicos, desde o Brasil-Colônia, com reiteração em todos os períodos constitucionais que se seguiram, até a Carta de 1946. Além de farta documentação a esse respeito, existe uma iniciativa materializada nos atos comemorativos do Centenário de nossa Independência, com a implantação de um marco definidor da localização da futura capital, nas proximidades da cidade de Planaltina, em pleno cerrado agreste.

Em segundo lugar há que se considerar o conjunto de medidas de ordem estrutural que se adensaram em razão do pólo de atração, representado pelo centripetismo de irradiação que a localização da sede do Governo da República ensejou para os vãzios continentais de nossa terra.

Esse par de constatações coloca Brasília numa posição altamente superavitária, em termos de contribuição para consolidar a ocupação do nosso território e afirmar a nacionalidade, fazendo coincidir as fronteiras políticas, com as fronteiras econômicas. Desde a nossa descoberta por Pedro Álvares Cabral, a divisão assinalada pelo Tratado das

Tordesilhas, situou dois espaços geográficos distintos: Um vazio, representado pelas distâncias do Planalto Central para o Oeste e pela inviolabilidade da Amazônia, para os misteres de sua ocupação. Outro ocupado, ancorando o homem ao fascínio do litoral e sem maiores compromissos com a vastidão deserta das terras mediterrâneas.

Brasília tornou imperativas revisões profundas nos planos nacionais de viação, nas questões de colonização, nas distribuições espaciais de recursos orçamentários, impondo um curso, forçado de investimentos para acelerar programas de construção de estradas, de centrais elétricas e de um sistema nacional de comunicação, entre outras obras de grande envergadura.

A ocupação da Amazônia viabilizou-se através da Belém-Brasília e da Brasília-Acre, logo seguida pela Cuiabá-Santarém. Três Marias, Cachoeira Dourada e Furnas se inscrevem entre as novas opções que deram um passo decisivo no suprimento energético para o interior do país. O grande Oeste foi também incorporado à economia do país, crescendo constantemente a fronteira agrícola, hoje potencializando uma produção do setor primário que pode, inclusive situar-se entre os primeiros do Brasil. Para o Nordeste o progresso se derramou ao longo da Brasília-Fortaleza, o mesmo ocorrendo em relação ao Sul.

Situando-se numa distância média, quase coincidente com o ponto de encontro dos nossos eixos geográficos maiores, Brasília colocou o centro das decisões nacionais mais próximo de todos.

Apoiada por todo um sistema logístico de alta confiabilidade, a Capital da República, nestes breves vinte anos, tornou possível calar a solidão que efetivamente foi o grande mote inspirador da profética afirmação de JK.

Equilibrada geopoliticamente em sua integração territorial, a nação brasileira tem na sua capital o embasamento necessário para dar sustentação aos poderes constituídos que a estruturam em sua dimensão superior de governo, tornando realizável pelas formas mais convenientes, o mandamento constitucional da organização nacional, segundo a qual "o Brasil é uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios".

Em vinte anos ela cumpriu a sua destinação de transformar-se em cérebro das altas decisões nacionais.